DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 2018 - ANO CII - Nº 22.393

DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA

CENÁRIO ECONÔMICO - O cenário internacional em 2017, foi bastante positivo considerando que a economia mundial ganhou força com a diminuição das fragilidades associadas a crise financeira global e teve o maior crescimento desde 2011, propiciando um ambiente de maior confiança para o próximo ano, criando oportunidade aos países para se concentrarem em criar políticas para o crescimento econômico de baixo carbono, a redução das desigualdades, a diversificação econômica e a eliminação de barreiras profundas que dificultam o desenvolvimento. Nesse contexto, a economia dos Estados Unidos cresceu 2,3% (2016: 1,6%), a da China cresceu 6,8% (2016: 6,7%), a Zona do Euro cresceu 2,5% (2016: 1,7%) e a Índia cresceu 6,4% (2016: 6,9%). A economia brasileira saiu tecnicamente da recessão em 2017, o PIB cresceu 1,0%, que apesar de ser tímido, demonstra a mudança de cenário considerando que nos dois últimos anos ocorreram retração (2016: -3,6%, 2015: -3,8%). A lenta recuperação econômica ao longo do ano, principalmente no segundo semestre, não foi capaz de impulsionar o mercado de trabalho de forma a diminuir consistentemente o número de trabalhadores desempregados. Em 2017, a produção industrial voltou a crescer e ficou em 2,5% (2016: -3,8%), o melhor resultado desde 2010. O dólar acumulou em 2017 valorização frente ao real, saindo de R$ 3,26 para R$ 3,31, o nível de inflação medido pelo IPCA que fechou o ano em 2,95% (2016: 6,29%) e a redução da taxa de juros Selic que fechou em 6,9% (2016: 13,65%), dentre outros fatores, tiveram impactos relevantes na economia em 2017. O barril de petróleo teve elevação do preço ao longo do ano e fechou cotado a US$ 66,87/barril (2016: US$56,82/barril). Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos. **PRODUÇÃO -** A produção de LAB atingiu 176 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 9,7%, em decorrência da parada das unidades de produção para a ampliação de capacidade, que saiu de 200 mil para 230 mil toneladas/ano, enquanto a de LABSA atingiu 69 mil toneladas inferior ao ano anterior em 2,9%. Tais volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques. Em 2017, também se obteve bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água). **VENDAS -** Em 2017, a Companhia obteve um decréscimo de 5,7%, em relação ao ano anterior, nas vendas de LAB equivalente no mercado interno, em função da retração da demanda gerada pelos efeitos da crise econômica. As exportações diminuíram em 6,4%, por menores vendas *spots*. **DESEMPENHO -** O faturamento bruto de R$ 1.264,0 milhões foi menor em 6,7% (2016: R$ 1.355,1 milhões), principalmente, em função dos menores volumes de vendas de LAB equivalente. O lucro líquido atingiu R$ 60,4 milhões, inferior ao obtido em 2016 (R$ 107,6 milhões) em 43,8%, principalmente, em decorrência da retração da demanda no mercado interno. **GESTÃO CORPORATIVA -** Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2017.

BALANÇO SOCIAL 2017

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO - Nos programas de incentivo à saúde e bem-estar de sua força de trabalho, a empresa mantém programas como: alimentação balanceada para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, atendimento odontológico dentro da Empresa, auxílio academia, programa de ginástica e ergonomia, vacinação contra gripe, apoio ao Grupo de Corridas e apoio ao Grêmio Esportivo Deten, com a promoção de confraternizações tradicionais, além de clube social e convênios. Para o desenvolvimento do empregado, a DETEN mantém um programa de Educação e Treinamento (com investimento de R$ 474.613 mil em 2017), oferece estágio remunerado para técnicos e universitários (4,81% do quadro de pessoal), além do programa de Oficina de Ideias/Inovações, que em 2017 premiou 7 empregados. Ainda em 2017, a DETEN manteve sua prática de pagar bonificação aos seus empregados, na forma de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. **INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA, SAÚDE, HIGIENE E MEIO AMBIENTE (SSHMA) -** A DETEN tem como principal valor a Segurança, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se em níveis baixos em relação às empresas do segmento químico/petroquímico. Em 2017, foram investidos mais de R$ 2.000.000 em projetos e equipamentos em melhorias de SSHMA na Deten. Entre os objetivos e metas ambientais da DETEN, pode-se destacar a melhoria da qualidade do efluente líquido, execução dos programas de emissões fugitivas, com quase 6 mil medições na fonte e realização do cronograma dos programas socioambientais. **RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES -** No ano de 2017, a Deten participou do Fórum de Suprimentos do Complexo Industrial de Camaçari, com o objetivo de melhorar ainda mais a Competitividade, Capacidade de Fornecimento e Qualidade dos produtos e serviços dos fornecedores. A Deten entende que este tipo de ação fortalece as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. A nota média obtida pelos seus fornecedores e prestadores de serviço na avaliação realizada pela DETEN foi 8,7. **INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS -** A DETEN mantém continuamente seu foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus indicadores, com taxas de frequência abaixo da média das empresas do segmento químico/petroquímico. Assim, segue praticando os seguintes programas: Liderança Visível & Tolerância Zero frente aos Atos Inseguros, Segurança Fora do Trabalho, Programa Efluente Zero (PEZ), ações para o Dia Mundial da Água e Oficina de Saúde e Meio Ambiente (15º ano). Em 2017, a DETEN apresentou um ótimo desempenho em relação aos objetivos e metas ambientais propostos para o ano, com destaque para os excelentes resultados na melhora da qualidade dos efluentes, redução contínua das emissões fugitivas, ações de remediação do solo, além da promoção de sustentabilidade e governança corporativa através dos programas socioambientais. Além desses, a DETEN participa de projetos em parceria com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), quais sejam: Ver de Dentro (visitas de estudantes e da comunidade vizinha), Programa de Incentivo à Educação (PIE), Programa Construindo o Futuro (informações sobre carreiras técnicas para estudantes das comunidades vizinhas) e Conselho Consultivo (reuniões periódicas com representantes das comunidades). **DUTOVIA -** A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. Desta forma, temos a transferência em circuito 100% fechado, aumentando os níveis de segurança e com zero impacto ao meio ambiente. **DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO - Programa Coleta Seletiva** - Doação do resultado da venda de sucatas metálicas, por meio do Cheque Verde. Em 2017, foram doados R$ 14.000,00, fruto das vendas de sucatas metálicas e óleo lubrificante usados, para a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Dias D'Ávila. Além desta iniciativa, a DETEN seleciona e envia para reciclagem papel, papelão, plástico, lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias, dentre outros. Em 2017, os voluntários do Programa de Voluntariado Corporativo - Brasil (Voluntas) deram continuidade a algumas campanhas com apoio da força de trabalho, como: Campanha de Doação de óculos usados, Campanha de Doação de Sangue e cadastro de medula óssea, Campanha de doação de livros infanto-juvenis. Além de participarem do plantio comunitário em Camaçari com apoio do IFF- Instituto Fábrica de Florestas. **Prêmios ao Valor Social** - Promovido pela Fundación Cepsa - em 2017 foram premiadas as seguintes instituições: Instituto de Cegos da Bahia - ICB, Obras Sociais Irmã Dulce, Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil e Associação Viva a Vida. Cada ONG receberá prêmio em dinheiro (cerca de 12 mil euros para cada projeto) para investimento no projeto aprovado. **CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - Certificação ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007** - Em abril de 2017, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa de manutenção nas normas: ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, atendendo, respectivamente, a todos os requisitos das normas de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde Ocupacional. **SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos)** - A DETEN foi auditada em outubro de 2017 pelo IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biodiesel, com base nos requisitos da NR-13 e Portarias 537/2015 e 582/2015 do INMETRO, obtendo a manutenção da certificação, sem registro de não conformidade no ciclo de 6 auditorias consecutivas. Para a DETEN o SPIE representa uma elevação da segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção. **PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS - Prêmio Polo de Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente (COFIC)** - Em 2017 a DETEN passou pela auditoria interna de SSHMA, com base no Guia do Prêmio Polo do COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari, composto de 19 elementos. A Empresa se manteve no patamar de excelência, obtendo a pontuação de 97,6% de conformidade. Este resultado demonstra o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA. Vale ressaltar que a DETEN conquista há oito anos consecutivos a maior pontuação dentre todas as empresas participantes do prêmio, sendo a próxima auditoria externa marcada para acontecer em 2018

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2017	%	2016	%
1 - RECEITAS	**1.259.051**		**1.351.966**	
1.1 - Vendas de produtos	1.258.884		1.351.892	
1.2 - Outras receitas	167		74	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS, IPI, PIS E COFINS)	**907.144**		**935.538**	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	847.101		873.832	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	61.903		62.012	
2.3 - Perda / Recuperação de valores ativos	(170)		114	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	(1.690)		(420)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**351.907**		**416.728**	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**11.664**		**7.926**	
4.1 - Depreciação e amortização	11.664		7.926	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	**340.243**		**408.502**	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**6.706**		**13.267**	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(10)		(2)	
6.2 - Receitas financeiras	6.716		13.269	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**346.949**		**421.769**	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**346.949**	**100,0**	**421.769**	**100,0**
8.1 - Pessoal e encargos	50.147	14,5	53.772	12,7
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	222.500	64,1	252.894	60,0
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	13.855	4,0	7.482	1,8
8.4 - Dividendos	60.447	17,4	107.621	25,5
8.5 - Lucros retidos	-	0,0	-	0,0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	18	**877.775**	939.035
Custo dos produtos vendidos	19	**(716.716)**	(723.595)
Lucro bruto operacional		**161.059**	215.440
Despesas com vendas	20	**(51.199)**	(49.792)
Despesas gerais e administrativas	21	**(17.637)**	(18.265)
Honorários dos administradores	14.b	**(1.788)**	(1.649)
Depreciações e amortizações	10 e 11	**(1.748)**	(1.561)
Participação dos empregados e administradores nos resultados		**(3.156)**	(5.930)
Participação nos resultados de controlada	9.b	**(10)**	(2)
Outras despesas operacionais, líquidas		**2.026**	380
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**87.548**	138.621
Receitas financeiras	22	**6.716**	13.269
Despesas financeiras	22	**(14.159)**	(8.378)
		(7.443)	4.891
Lucro antes do imposto de renda		**80.104**	143.512
Imposto de renda			
Corrente	15.a	**(18.756)**	(35.430)
Diferido	15.b	**(902)**	(461)
Lucro líquido do exercício		**60.447**	107.621
Quantidade de ações (em milhares)		**99.327.769**	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas - em R$		**0,61**	1,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**60.447**	107.621
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**60.447**	107.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		**80.104**	143.512
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11.a e b	**11.664**	7.926
Ganho com ativo imobilizado baixado	10.a	**(9)**	10
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	9.b	**10**	2
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida		**(1.423)**	0
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento		**(21)**	10
Variações monetárias, líquidas		**1.067**	1.341
Lucro antes do imposto de renda ajustado		**91.392**	152.801
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**(6.525)**	13.770
Estoques		**(46.285)**	55.126
Impostos e contribuições a recuperar		**(690)**	(18.750)
Depósitos judiciais		**(25)**	(15)
Outros ativos		**(2.866)**	1.356
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		**20.868**	(94.178)
Obrigações tributárias		**346**	1.609
Outros passivos		**(6.438)**	2.309
Caixa gerado pelas operações		**49.776**	114.028
Juros pagos		**(6.554)**	(1.469)
Imposto de renda pago		**(19.667)**	(35.545)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**23.555**	77.014
Atividades de investimentos			
Compras de imobilizado	10	**(63.647)**	(72.489)
Compras de ativos intangíveis	11.a e b	**(1.306)**	(10.074)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(64.952)**	(82.563)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	13.c	**164.341**	200.193
Pagamento de empréstimos		**(90.246)**	(91.896)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	17.d e (i)	**(26.905)**	(101.818)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento		**47.189**	6.479
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**5.792**	930
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	**19.611**	18.681
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	**25.403**	19.611
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**5.792**	930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**25.403**	19.611
Contas a receber de clientes	6	**98.323**	91.797
Estoques	7	**156.726**	111.104
Tributos a recuperar	8	**21.131**	17.577
Outros ativos		**3.804**	937
Total do ativo circulante		**305.388**	241.026
Não circulante			
Banco Contas Vinculadas		**5.344**	-
Depósitos judiciais	16	**57.757**	56.259
Almoxarifado	7	**8.353**	7.691
Tributos a recuperar	8	**9.506**	12.370
Investimentos	9	**4.163**	4.152
Imobilizado	10	**291.107**	237.595
Intangível	11	**61.784**	62.008
Total do ativo não circulante		**438.014**	380.075
Total do ativo		**743.402**	621.101

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	12	**38.569**	17.701
Empréstimos e financiamentos	13	**35.066**	26.215
Partes relacionadas	14	**2.037**	967
Bonificações e comissões a pagar		**5.860**	9.826
Obrigações tributárias		**11.336**	11.892
Obrigações trabalhistas		**11.105**	13.983
Dividendos a pagar	17.d	**15.112**	26.905
Outros passivos		**6.121**	5.463
Total do passivo circulante		**125.206**	112.952
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**59.272**	28.918
Imposto de renda diferido	15	**5.264**	4.362
Partes relacionadas	14	**159.215**	124.336
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	**1.913**	3.336
Total do passivo não circulante		**225.664**	160.952
Patrimônio líquido			
Capital social	17	**213.056**	213.056
Reservas de lucros		**134.141**	53.425
Dividendos adicionais propostos	17.d	**45.335**	80.716
Total do patrimônio líquido	17	**392.532**	347.197
Total do passivo e patrimônio líquido		**743.402**	**621.101**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivo fiscal	Reservas de lucros: Reserva especial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 1º de janeiro de 2016		213.056	42.610	10.815	-	-	76.364	342.845
Distribuição dos dividendos adicionais		-	-	-		-	(76.364)	(76.364)
Lucro líquido do exercício		-	-	-		107.621	-	107.621
Destinação do lucro:								
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	-	-	-		(26.905)	-	(26.905)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-		(80.716)	80.716	-
Em 31 de dezembro de 2016		**213.056**	**42.610**	**10.815**	**-**	**-**	**80.716**	**347.197**
Distribuição dos dividendos adicionais		**-**	**-**	**-**		**-**		
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**		**60.447**	**-**	**60.447**
Destinação do lucro:								
Reservas de Lucros					**80.716**		**(80.716)**	
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	**-**	**-**	**-**		**(15.112)**	**-**	**(15.112)**
Dividendos adicionais propostos		**-**	**-**	**-**		**(45.335)**	**45.335**	**-**
Em 31 de dezembro de 2017		**213.056**	**42.610**	**10.815**	**80.716**	**-**	**45.335**	**392.532**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua>>>

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Pólo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas a sua emissão, pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 8 de fevereiro de 2018. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.1. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. **(a) Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A Companhia possui participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar"), que é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo, além da não consolidação ser facultado conforme pronunciamento técnico CPC 36, parágrafo 4º. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os pronunciamentos/interpretações de CPCs que entraram em vigor a partir de 2017 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) Conversão de moedas estrangeiras - (i) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). **(ii) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a pagar e a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **(d) Instrumentos financeiros - (i) Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(ii) Empréstimos e recebíveis -** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as Contas a receber de clientes, Caixa e equivalentes de caixa, Banco contas vinculadas e os Depósitos judiciais. **(iii) Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido todos os riscos e os benefícios significativos da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. **(iv) *Impairment* de instrumentos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • *Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;* • *Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;* • *A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;* • *Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;* • *O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;* • *Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição possa não ser ainda identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.* O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Caso um empréstimo tenha uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Caso, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminua e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(e) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"). A Companhia mantém acompanhamento sistemático da posição do contas a receber de clientes, em caso de inadimplências é feita avaliação conjunta com informações das áreas Financeira e Comercial da situação do cliente e das possibilidades de recebimentos dos créditos, de forma a subsidiar a tomada de decisão quanto à constituição de provisão para perdas prováveis, bem como outras ações administrativas e/ou jurídicas que se façam necessárias. **(f) Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(g) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício. **(h) Almoxarifado -** O saldo de almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do almoxarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(i) Tributos a recuperar -** Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **(j) Investimentos -** A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo, além da não consolidação ser facultado conforme pronunciamento técnico CPC 36, parágrafo 4º. **(k) Imobilizado -** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme Nota 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados da venda ou baixa com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **(l) *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **(m) Intangível -** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo; • O *software* pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentada na Nota 11. **(n) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(o) Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos apresentados referem-se a: Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 2,62% a 2,95% a.a. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia. Empréstimos do BNDES, em moeda nacional, com taxa de 9% a.a.; empréstimos do BNB, em moeda nacional, com taxa de 10% a.a. e empréstimos do Banco do Brasil, em moeda nacional, com taxa de 6,5% a.a. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do BNDES, BNB e Banco do Brasil. **(p) Provisões para contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(q) Imposto de renda corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 16 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **(r) Outras Obrigações - (i) Benefícios pós-emprego -** A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo todos assistidos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos aumentos ou reduções no valor presente da obrigação do benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, devem ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações financeiras. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(s) Participação nos lucros -** A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária. **(t) Bonificações e comissões a pagar -** As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação. **(u) Apuração do resultado** - O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **(v) Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Venda de produtos -** A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sufônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia entrega os produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **(iii) Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **3. Estimativas e julgamentos, contábeis críticos -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado -** A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 16 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis -** A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego -** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos

Continua>>>

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 2018 - ANO CII - Nº 22.393

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23. **4. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017 -** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **IFRS 9/CPC 48** - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018: • A maioria dos instrumentos de dívida que atualmente são classificados como disponíveis para venda satisfazem as condições de classificação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e, portanto, não haverá alteração na contabilização desses ativos. • Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia. • A Companhia não possui contabilidade de *hedge* e portanto não espera efeitos relacionados com este tema. • No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não espera mudança na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como em relação às perdas nos investimentos mantidos ao custo amortizado. As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados. • **IFRS 15/CPC 47** - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração espera os seguintes impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018: • Alocação dos montantes de bonificação como parte do preço da transação no valor de R$ 58.048. A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando a método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018. • **IFRS 16** - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A empresa está avaliando o impacto da referida norma, contudo não espera efeitos relevantes por existir poucas operações de arrendamentos mercantis relacionados à equipamentos de informática. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa -** A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2017	2016
Caixa	**2**	2
Bancos conta movimento	**1.386**	4.502
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	**24.015**	15.107
	25.403	19.611

Em 31 de dezembro de 2017, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 97,71% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação e foram contratadas em condições normais com instituições financeiras,sendo que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

6. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Clientes no país	**89.129**	83.404
Clientes no exterior	**10.471**	9.394
Clientes partes relacionadas	-	276
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.277)**	(1.277)
	98.323	91.797

	2017	2016
A vencer	**98.317**	88.819
Vencidos		
Até 30 dias	**2**	2.977
De 30 a 60 dias	**3**	-
Acima de 300 dias	**1.277**	1.277
	99.600	93.073

A provisão para crédito de liquidação duvidosa não teve movimentação nos últimos dois anos.

7. Estoques

	2017	2016
Produtos acabados	**64.239**	57.946
Produtos em processo	**1.368**	2.518
Matérias-primas	**44.344**	23.819
Almoxarifado (a)	**15.512**	13.554
Importações em andamento (b)	**22.754**	836
Adiantamento a fornecedores	**1.212**	5.825
Materiais secundários	**15.650**	14.296
	165.079	118.794
Circulante	**156.726**	111.104
Não circulante	**8.353**	7.691

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPI's). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo supera um (ano) estão classificadas no ativo não circulante. **(b)** Refere-se à importação em andamento de matéria-prima e peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 716.716 (2016 - R$ 723.595).

8. Tributos a recuperar

	2017	2016
ICMS	**21.839**	17.816
COFINS	**6.964**	9.906
PIS	**1.535**	2.156
IPI	**164**	0
Imposto de Renda	**27**	20
IRRF sobre aplicações financeiras	**88**	8
Outros	**21**	40
	30.637	29.946
Circulante	**21.131**	17.577
Não circulante	**9.506**	12.370

9. Investimentos

	2017	2016
Investimento em controlada	**3.744**	3.755
Outros investimentos avaliados ao custo	**418**	397
	4.163	4.152

a) Informações sobre o investimento em controlada - Detenpar

	2017	2016
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	**483**	483
Participação no capital integralizado - %	**100**	100
Patrimônio líquido ajustado	**3.744**	3.755
Prejuízo do exercício	**(10)**	(2)

b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar

	2017	2016
Saldo do investimento no início do exercício	**3.755**	3.757
Equivalência patrimonial	**(10)**	(2)
Saldo do investimento no final do exercício	**3.744**	3.755

A controlada Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar") atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. A Administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros (a)	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3	7.144	104.469	119	911	10.429	123.075	11.602	134.677
Aquisições	1.821	-	-	-	-	58.600	60.421	49.005	109.426
Baixa custo	-	-	(10)	-	(2)	-	(12)	-	(12)
Transferências	-	9	17.180	-	106	(43.233)	(25.938)	25.848	(89)
Depreciação	-	(239)	(6.061)	(15)	(82)	(9)	(6.407)	-	(6.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.824	6.914	115.579	104	933	25.786	151.140	86.455	237.595
Custo total	1.824	15.029	336.063	596	3.090	29.061	385.663	86.455	472.117
Depreciação acumulada	-	(8.115)	(220.483)	(492)	(2.157)	(3.275)	(234.523)	-	(234.523)
Valor residual	1.824	6.914	115.579	104	933	25.786	151.140	86.455	237.595
Aquisições		**-**	**-**	**-**	**-**	**8.752**	**8.753**	**54.894**	**63.647**
Baixas Líquidas	**-**	**-**	**1**	**-**	**(1)**	**-**	**(1)**	**-**	**(1)**
Transferências por conclusão de projetos (b)	**-**	**10.502**	**135.640**	**-**	**10**	**(23.305)**	**122.847**	**(122.864)**	**(17)**
Depreciação	**-**	**(363)**	**(9.648)**	**(15)**	**(82)**	**(9)**	**(10.117)**	**-**	**(10.117)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.824**	**17.053**	**241.572**	**89**	**859**	**11.224**	**272.622**	**18.485**	**291.107**
Custo total	**1.824**	**25.531**	**471.703**	**596**	**3.098**	**14.508**	**517.260**	**18.485**	**535.745**
Depreciação acumulada	**-**	**(8.478)**	**(230.131)**	**(507)**	**(2.239)**	**(3.282)**	**(244.638)**	**-**	**(244.638)**
	1.824	**17.053**	**241.572**	**89**	**859**	**11.224**	**272.622**	**18.485**	**291.107**
Taxas anuais de depreciação - %		2	3 a 5	10	3 a 5	Até 2			

(a) Refere-se substancialmente a itens em almoxarifado (itens de peças de reposição) que a entidade espera usar mais de um período. Em 2017, foi concluída a ampliação da unidade de produção de LAB (Deten II) já existente, gerando um acréscimo na capacidade produtiva correspondente a 30.000 TM ano, o que irá permitir o pleno atendimento da demanda do mercado brasileiro de detergentes. A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R$9.820 (2016 - R$6.185) e a despesa, R$298 (2016 - R$221). Conforme descrito na Nota 13(a), certos bens do ativo imobilizado foram dados em garantia para operações de empréstimos. As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2018. A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que estas são efetuadas anualmente. No exercício de 2017, foi alocado ao resultado o montante de R$6.834 (2016 - R$3.383) relativos à respectiva parada. O terreno da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul no montante de R$1.821 foi reclassificado para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu em setembro de 2011, a título de adiantamento o montante de R$355 e a expectativa de conclusão dessa venda, que era até final de 2016, foi postergada para ocorrer a partir de 2018 em função da necessidade de conclusão da remediação do solo feita no terreno. Com isso, o valor de R$ 1.821 mil foi transferido para o Imobilizado em 2016.

11. Intangível

	Licenças de *software* (a)	Marcas e patentes	Licença de tecnologia (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**6.510**	**81**	**42.953**	**49.544**
Aquisições	4.960	-	9.023	13.983
Amortização	(1.519)	-	-	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**9.951**	**81**	**51.976**	**62.008**
Aquisições	1.322	-	-	1.322
Amortização	(1.546)	-	-	(1.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**(224)**	-	-	**(224)**
	9.727	**81**	**51.976**	**61.784**
Custo total	**13.974**	**81**	**51.976**	**66.031**
Amortização acumulada	**(4.247)**	-	-	**(4.247)**
	9.727	**81**	**51.976**	**61.784**
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-

(a) As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R$95 (2016 - R$180) e a despesa, R$1.451 (2016 - R$1.339).

12. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores no país	**15.784**	16.917
Fornecedores no exterior	**44**	596
Fornecedores partes relacionadas	**22.740**	188
	38.569	17.701

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	Encargos financeiros	2017	2016
Passivo circulante			
Moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (i)	U.S. dólar + juros de 2,62% a 2,95% a.a.	**20.384**	20.133
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	**7.363**	4.099
Banco do Brasil (iii)	6,5% a.a.	**2.056**	1.983
BNB (iv)	10% a.a.	**5.263**	-
		35.066	26.215
Passivo não circulante			
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	**14.605**	13.054
Banco do Brasil (iii)	6,5% a.a.	**13.810**	15.864
BNB (iv)	10%	**30.857**	-
		59.272	28.918

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia. **(ii)** Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R$38.087. Até 31 de dezembro de 2017, ocorreram liberações pelo BNDES totalizando R$31.121 (2016 - R$19.112). As operações contratadas junto ao BNDES têm carência média de 36 meses e as prestações são mensais e consecutivas, vencendo a última em 15 de dezembro de 2021. **(iii)** Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015, ocorreram liberações totalizando R$15.448. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. **(iv)** Em dezembro de 2016, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R$50.137. Em Junho de 2017, ocorreram liberações pelo Banco do Nordeste no valor de R$36.000. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 42 (quarenta e duas) prestações mensais e consecutivas, vencendo a última em dezembro de 2021. **a)** Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu, a título de garantia, a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Pólo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 4 de maio de 2017, substituiu a garantia anterior por carta de fiança do Banco Santander. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia a carta de fiança do Banco Santander. **b)**. Cláusulas restritivas financeiras - • Banco do Brasil: o indicador Dívida Financeira Bruta/EBITDA não ultrapassar 3x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido/Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. **c)** Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, foi R$ 1.556 (2016 - R$982). Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2015	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2016
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	28.276	**81.849**	**-**	**(24)**	**(3.238)**	**(86.730)**	**20.133**
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	-	**-**	**(87.726)**	**-**	**996**	**86.730**	**-**
Banco do Brasil	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.983**	**1.983**
BNDES	3.519	**-**	**(4.171)**	**750**	**-**	**4.001**	**4.099**
	31.795	**81.849**	**(91.897)**	**726**	**(2.242)**	**5.984**	**26.215**
Não circulante							
BNDES	16.105	**-**	**-**	**950**	**-**	**(4.001)**	**13.054**
Banco do Brasil	16.775	**-**	**-**	**1.072**	**-**	**(1.983)**	**15.864**
	32.880		**-**	**2.022**	**-**	**(5.984)**	**28.918**
	64.675	**81.849**	**(91.897)**	**2.748**	**(2.242)**	**-**	**55.133**

	2016	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2017
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	**20.133**	**80.612**	**(81.444)**	**26**	**1.057**	**-**	**20.384**
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Banco do Brasil	**1.983**	**-**	**(1.716)**	**(1.005)**	**-**	**2.794**	**2.056**
BNDES	**4.099**	**-**	**(7.086)**	**(691)**	**-**	**11.041**	**7.363**
BNB	**-**	**-**	**-**	**(1.478)**	**-**	**6.741**	**5.263**
	26.215	**80.612**	**(90.246)**	**(3.148)**	**1.057**	**20.576**	**35.066**
Não circulante							
BNDES	**13.054**	**12.009**	**-**	**583**	**-**	**(11.041)**	**14.605**
Banco do Brasil	**15.864**	**-**	**-**	**740**	**-**	**(2.794)**	**13.810**
BNB	**-**	**36.000**	**-**	**1.598**	**-**	**(6.741)**	**30.857**
	28.918	**48.009**	**-**	**2.921**	**-**	**(20.576)**	**59.272**
	55.133	**128.621**	**(90.246)**	**(227)**	**1.057**	**-**	**94.338**

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	**-**	6.044
2019	**19.561**	6.044
2020	**19.561**	6.044
2021 em diante	**20.150**	10.786
	59.272	28.918

Continua>>>

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Contas a receber de clientes		Fornecedores		Mútuos		Mútuos	
	2017	2016	**2017**	2016	**2017**	2016	**2017**	2016
Acionistas e controlada:								
Cepsa Química S.A. (i), (ii), (iii)	**5**	276	**22.103**	188	**2.037**	967		
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (iv)			**1.003**	655				
Detenpar Empreendimentos Ltda. (v)							**3.739**	3.749
Cepsa Química S.A.							**155.476**	120.587
	5	276	**23.107**	843	**2.037**	967	**159.215**	124.336

Acionistas e controlada:	Vendas de produtos		Produtos acabados adquiridos		Matérias-primas adquiridas		Transações Mútuos	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Cepsa Química S.A. (i), (ii), (iii)	**2.247**	33.102	**46.528**	7.928	**341.279**	266.950	**155.476**	120.587
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (iv)	**-**	-	**-**	-	**108.572**	161.248	**-**	-
	2.247	33.102	**46.528**	7.928	**449.851**	428.198	**155.476**	120.587

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

a) Transações e saldos - (i) As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Linear. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB - Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Cepsa Química S.A. (controladora indireta), utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. (ii) Referente a empréstimo da controladora Cepsa Química S.A., como fonte complementar de recursos para a ampliação da unidade de produção de LAB, com prazo para pagar de cinco anos, sendo dois de carência, em USD, com juros a LIBOR seis meses + 3,5% a.a., pagos trimestralmente. (iii) Saldo de empréstimo *Intercompany* da Cepsa Química, remunerado a juros LIBOR seis meses + 3,5% a.a., pagos trimestralmente, o principal vencerá em quatro parcelas anuais a partir de setembro de 2018. Foi capitalizado no período, o montante de R$ 967 mil, referente a juros. (iv) Referente à aquisição de Normal Parafina e Enxofre da Petróleo Brasileiro S.A., utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. (v) Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado. **b)** Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$1.788 (2016 - R$1.649). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados, no montante de R$433 (2016 - R$352) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados na demonstração do resultado. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos na legislação trabalhista vigente no Brasil.

15. Imposto de renda - a) Reconciliação da despesa do imposto de renda - Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação à alíquota nominal:

	2017	**2016**
Lucro antes do imposto de renda	80.104	143.512
A alíquota fiscal de 25%	20.026	35.878
Adições Permanentes	234	267
Exclusões permanentes e outros	(1.320)	(503)
PAT e Licença-maternidade	(184)	(212)
	18.756	35.430

A Administração da Companhia entende que em caso de decisão final desfavorável do processo judicial que discute as autuações da CSLL, tal tributo somente será devido prospectivamente, quando da referida decisão judicial final (Nota 16(b)). **b)** Imposto de renda diferido - O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2017	**2016**
Imposto de renda diferido ativo	**(2.386)**	(2.720)
Imposto de renda diferido passivo	**7.649**	7.082
Imposto de renda diferido passivo (líquido)	**5.264**	4.362

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.902
Provisão para Contingências Fiscais	(374)
Provisão para perda com almoxarifado	73
Provisão para perda com investimento	(2)
Atualização de depósitos judiciais	763
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.362
Provisão para contingências fiscais	**89**
Provisão para perda com almoxarifado (e outros)	**131**
Provisão para perda com investimento	**5**
Atualização de depósitos judiciais	**568**
Provisão *Cut Off* (Resultado Líquido)	**(160)**
Estorno Provisão Contingências Trabalhistas	**269**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.264**

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Saldos em 31/12/2015	**Efeito no resultado**	**Saldos em 31/12/2016**	**Efeito no resultado**	**Saldos em 31/12/2017**
Ativo de imposto diferido					
Provisão para devedores duvidosos	**320**	-	**320**	-	**320**
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**316**	374	**690**	(358)	**332**
Provisão para perda em investimento	**1.367**	2	**1.369**	(5)	**1.364**
Ajuste a valor presente	**184**	(34)	**150**	(128)	**22**
Provisão *Cut Off* (Resultado Líquido)	-	-	-	160	**160**
Outros	**230**	(40)	**191**	(2)	**189**
	2.417	302	**2.720**	(334)	**2.386**
Passivo de imposto diferido					
Atualização dos depósitos judiciais	**(6.319)**	(763)	**(7.082)**	(568)	**(7.650)**
	(6.319)	(763)	**(7.082)**	(568)	**(7.650)**
Total imposto diferido (líquido)	**(3.902)**	(461)	**(4.362)**	(902)	**(5.264)**

16. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2017	2016	**2017**	2016
Cíveis e trabalhistas	**1.215**	1.992	**186**	1.264
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (a)	**1.180**	1.150	**590**	581
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	**45.273**	43.566	**-**	-
PIS LC 07/70 (c)	**9.489**	8.992	**1.137**	1.491
IPTU (d)	**601**	559	**-**	-
	57.757	56.259	**1.913**	3.336

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores - A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R$590 (2016 - R$581), equivalente ao valor estimado de perda neste processo e depósito judicial no montante de R$1.180 (2016 - R$1.150). **(b)** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R$58.604, acrescidos de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R$16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso. Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009, e 21 de junho de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R$46.611, R$46.929 e R$11.403, respectivamente, cujo montante acrescido de multa isolada e juros, totaliza R$104.943. No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interpôs Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012, a União interpôs o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais. Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$13.167, incluindo apenas os juros de mora. Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2011 a 2013, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$ 32.895, incluindo apenas os juros de mora. Baseados na existência de decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter intentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam não ser provável o risco de perda da contingência do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reverta a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal. **(c)** PIS LC 07/70 - Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R$4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nº 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do depósito judicial atualizado é de R$9.489 (2016 - R$8.992). **(d)** IPTU - Refere-se a depósito para garantir a discussão judicial com a Prefeitura Municipal de Camaçari em decorrência de reajuste do IPTU aplicado por aquela prefeitura. Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de natureza cível, trabalhista e tributária movidas contra a Companhia que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R$5.012 (2016 - R$35.130) referem-se a contingências de natureza trabalhista, civil e tributária cujo desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão. **17. Patrimônio líquido - a)** Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$213.100. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$213.056 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

Ações ordinárias	**96.973.174**
Ações preferenciais classe "A"	**33.929**
Ações preferenciais classe "B"	**2.320.666**
	99.327.769

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual.Todas as ações da Companhia não possuem valor nominal. **b)** Direitos das ações - As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo. Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros. É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia. **c)** Reserva de lucros - *Incentivo fiscal* - Corresponde ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 a 2013 no montante de R$10.815. Esses benefícios de redução do imposto de renda foram registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de imposto de renda corrente, e posteriormente transferidos para a reserva de lucros. *Legal* - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve adição à reserva legal por já ter atingindo tal limite em 2012. O saldo da reserva legal constituída é de R$42.610. **d)** Dividendos - Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	**60.447**	107.621
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	**14.808**	26.596
Ações preferenciais Classe "A"	**5**	9
Ações preferenciais Classe "B" (i)	**299**	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	**15.112**	26.904
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R$0,620 (2016 - R$1,106)	**60.127**	107.285
Ações preferenciais classe "A" R$0,620 (2016 - R$1,106)	**21**	37
Ações preferenciais classe "B" R$0,128 (2016 - R$0,128)	**299**	299
	60.447	107.621
% sobre a base de cálculo	**100**	100
Dividendos a pagar	**15.112**	26.905
Dividendos adicionais propostos	**45.335**	80.716

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2017 no montante de R$45.335 (2016 - R$80.716), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes ao exercício corrente foram lançados no passivo circulante no montante de R$15.112 (2016 - R$26.905). **18. Receita operacional líquida -** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2017	**2016**
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	**1.181.119**	1.273.166
Mercado externo	**82.887**	81.982
Impostos sobre vendas	**(323.061)**	(349.486)
Devoluções e bonificações	**(63.170)**	(66.627)
Receita líquida de vendas	**877.775**	939.035

19. Custo dos produtos vendidos

	2017	**2016**
Custo variável	**641.629**	654.215
Custo fixo	**75.087**	69.380
	716.716	723.595

20. Despesas com vendas

	2017	**2016**
Frete sobre vendas	**37.272**	37.344
Armazenagem	**6.317**	6.207
Pessoal	**3.769**	3.700
Outras despesas	**3.841**	2.541
	51.199	49.792

21. Despesas gerais e administrativas

	2017	**2016**
Gastos com pessoal	**9.696**	10.857
Serviços advocatícios	**591**	642
Viagens e hospedagens	**347**	390
Serviços de processamento de dados	**1.599**	1.268
Segurança patrimonial	**855**	820
Manutenção elétrica	**85**	139
Publicação em jornais	**303**	316
Serviços de assistência técnica para *software*	**503**	455
Auditoria e consultoria	**749**	528
Serviços de conservação e limpeza	**232**	269
Inspeção e análise de logística	**156**	116
Marketing	**310**	257
Contribuições e doações	**529**	921
Outros	**1.682**	1.287
	17.637	18.265

22. Resultado financeiro

	2017	**2016**
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	**(79)**	(582)
Variação cambial passiva	**(2.143)**	(3.403)
Despesas de juros (a)	**(11.937)**	(4.393)
	(14.159)	(8.378)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	**2.564**	4.142
Receitas de juros (a)	**199**	1.575
Variação monetária ativa	**2.754**	3.068
Variação cambial ativa	**1.199**	4.484
	6.716	13.269

As despesas e receitas com juros referem-se a operações negociadas junto a clientes e instituições financeiras. **23. Entidade de Previdência Privada - Fundo Multipatrocinado IHPREV -** A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de contribuição definida a seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV") e mantém um plano na modalidade de benefício definido saldado, sendo vedadas novas adesões. A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R$2.416 (2016 - R$2.361). Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (48 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (193 funcionários). Os planos de benefícios previdenciários foram avaliados atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2017	**2016**
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Plano BD 9,90% e Plano CD 8,50%	Plano BD 10,80% e Plano CD 11,10%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Plano BD 9,90% e Plano CD 8,50%	Plano BD 10,80% e Plano CD 11,10%
Aumentos salariais futuros (N/A para plano BD)	8,52%	8,75%
Aumentos futuros de benefícios (N/A para o plano CD)	4,85%	5,00%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R$19.479 (2016 - R$19.259) para o plano BD e de R$389 (2016 - R$374) referente ao plano CD foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2017, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, de janeiro de 2018, no que tange ao plano CD foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R$190 (2016 - R$284), conforme demonstrado a seguir:

	2017	**2016**
Ativo líquido de benefício definido/(passivo)	**190**	284
Valor presente da obrigação atuarial	**(172)**	(34)
Valor justo dos ativos do plano	**389**	374
Superávit do plano	**360**	339
Mudança no efeito do limite do ativo	**(27)**	(56)

Continua>>>

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 2018 - ANO CII - Nº 22.393

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

	2017	2016
Custo de benefício definido		
Custo de serviço corrente	**6**	7
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	**(32)**	(29)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	**119**	(15)
Custo do benefício definido	**94**	(37)

Outros resultados abrangentes

	2017	2016
(Ganhos)/perdas atuariais de evolução do passivo	**126**	(16)
(Ganhos)/perdas atuariais de alterações de hipóteses	**2**	-
(Ganhos)/perdas atuariais que surgiram no período	**128**	-
Rendimento sobre os ativos do plano (maior)/menor que a taxa de desconto	**26**	(18)
Mudança no superávit irrecuperável	**(35)**	17
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	**119**	(15)

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits. **24. Cobertura de seguros (Não auditado) -** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "*all risks*", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	45.000
Multirriscos (estoques em poder de terceiros)	26.344
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	2.456.233
Responsabilidade civil administradores e diretores	25.000
Veículos	227.246
Riscos de engenharia (obras civis em construção e instalação e montagem)	-
	2.779.823

25. Gestão de risco financeiro - 25.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **a)** Risco de mercado - i. Risco de taxa de câmbio - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R$10.659 e R$ 200.045 (2016 - R$10.461 e R$142.472), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data. **b)** Risco de crédito - A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas. **c)** Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 29 de dezembro de 2017, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 6,75%, cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa atual de 7%. Os números atuais e projetados da SELIC representam as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal que visam conter a inflação no país. **d)** Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R$24.016 (2016 - R$15.107), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. *Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros* - Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	CDI provável	Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Aplicação financeira	6,75%	1.621	2.026/765	2.432/811
Efeito total líquido		**1.621**	**2.026/765**	**2.432/811**

Risco cambial

Instrumento/operação	Dólar provável	Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Clientes / Add a fornecedores no exterior	3,30	129	2.826/(2.568)	5.523/(5.265)
Empréstimos e financiamentos - ACC	3,30	(247)	(5.405)/4.911	(10.563)/10.069
Intercompany	3,30	(1.885)	(41.225)/37.456	(80.565)/76.796
Efeito total líquido		**(2.002)**	**(43.804)/39.799**	**(85.605)/81.600**

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros	Empréstimos e recebíveis 2017	2016
Ativos:		
Contas a receber de clientes	**98.323**	91.797
Caixas e equivalentes de caixa	**25.403**	19.611
Bancos conta Vinculada	**5.344**	0
Depósitos judicias	**57.757**	56.259
	186.828	167.667

	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	**94.338**	55.134
Fornecedores e outras obrigações (i)	**22.190**	22.657
Partes relacionadas	**181.285**	124.524
	297.813	202.314

(i). Composto por fornecedores e outras obrigações.

25.3. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	**(94.338)**	(55.134)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**25.403**	19.611
Dívida líquida (excedente de caixa)	**(68.935)**	(35.523)
Patrimônio líquido	**392.532**	347.196
	323.597	311.673

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juan Antonio Vera Garcia
Presidente

Jose Manuel Martinez Sanchez

Victor German Bermejo Becerra

José Agustín Bonilla Durán

Marcelo Castilho da Silva

DIRETORIA

José Luis Gonçalves de Almeida
Diretor Geral

José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida
Diretor de Administração e Gestão

CONTROLLER

Silvio Roberto Romão da Silva
CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Deten Química S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia" ou "Deten"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria -** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Contribuição Social sobre o Lucro Líquid**o - A DETEN não efetua o recolhimento dos valores referentes a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) uma vez que é beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. Contudo, a Secretaria da Receita Federal (SRF) argumenta que a sentença transitada em julgado não resguarda a Companhia. Neste contexto, a Companhia recebeu autuações referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A Companhia vem realizando depósitos judiciais dos referidos valores os quais totalizavam R$ 45.273 mil em 31 de dezembro de 2017. Com base no posicionamento dos advogados externos, a Companhia não mantém registro de provisão referente a estes autos de infração. Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este assunto é uma área de foco em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de envolvimento de especialistas para avaliar o mérito da causa. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: Obtivemos a documentação da sentença original transitada em julgado para corroborar a existência de documentação suporte para o direito da Companhia. Obtivemos relatório dos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o posicionamento com relação a probabilidade de perda em processo judicial em curso em que a Companhia recorre das autuações realizadas pela SRF para os anos fiscais de 1997 a 2013. Submetemos as documentações obtidas aos nossos especialistas tributários e jurídicos para a análise das circunstâncias específicas do processo que suportam o posicionamento para a matéria em questão. Efetuamos procedimentos de validação da existência dos depósitos judiciais realizados no contexto da ação judicial em curso. As evidências obtidas com base nos procedimentos acima corroboram o entendimento e abordagem da administração em relação ao tema no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório - do auditor -** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da diretoria e balanço social, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da diretoria e balanço social e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da diretoria e balanço social quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 2 de março de 2018.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Leandro Mauro Ardito
Contador CRC1SP188307/O-0